

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699



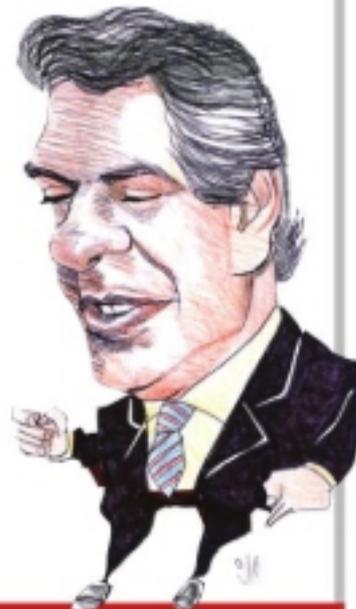


Fio Direto

SUELY ARANTES

Assembleia aprova em definitivo negociação de débitos do IPVA

A proposição visa instituir medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos relacionados à taxa de licenciamento anual de veículo durante a Semana de Conciliação de 2019. Conforme esclarece a matéria, o objetivo da medida é “facilitar a regularização da situação dos inadimplentes durante o evento, bem como propiciar um incremento na arrecadação estadual”. De acordo com a proposição enviada pelo Poder Executivo, a iniciativa viabilizará a participação do Detran-GO em programa de anistia fiscal estadual para concessão de benefícios fiscais relativos a débitos de licenciamento de veículos. Pela matéria do Governo, o período para que o contribuinte pudesse regularizar a sua dívida com o Detran seria de 4 a 8 de novembro de 2019, mas uma emenda apresentada pelo deputado Amauri Ribeiro (Patriota) na Comissão Mista ampliou em mais 30 dias esse prazo. A emenda em questão também tem outras duas finalidades: isentar em até 99% o montante das multas e juros sobre os valores das taxas de permanência de veículos nos pátios do Detran; e a possibilidade de parcelar em até 10 vezes o IPVA, as multas e as taxas de diárias no pátio do Departamento. A propositura seguirá agora para sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM). Também foi aprovado em primeira fase, o projeto de lei nº 4703/19, que altera e acresce dispositivos à lei nº 19.262, de 20 de abril de 2016, que institui, para os estabelecimentos que executem atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres e a comercialização de peças usadas provenientes de desmonte, a obrigatoriedade de registro no Detran.





Mudanças no RRF são recebidas com cautela

RECUPERAÇÃO FISCAL Secretária da Economia, Cristiane Schmidt diz que eventual diminuição do tempo em que Estados ficam livres do pagamento de serviços da dívida pode prejudicar Goiás

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

A possibilidade de mudanças nas regras do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é vista pela secretária da Economia de Goiás, Cristiane Schmidt, com cautela. Apesar de apoiar eventuais alterações relacionadas às privatizações, a auxiliar do governador Ronaldo Caiado (DEM) é contra a proposta de diminuir o tempo em que os Estados são autorizados a não pagar totalmente o serviço da dívida, que atualmente é de três anos.

O secretário do Tesouro Nacional (STN), Mansueto Almeida, confirmou nesta semana que o governo trabalha em novas regras para o RRF e afirmou que um dos objetivos é aumentar a duração total do programa para que os Estados possam ter mais tempo para equilibrar as contas.

Mansueto afirmou também que, de acordo com estudos da STN, o tempo livre do pagamento do serviço da dívida seria menor mesmo no caso de débitos com bancos que têm garantia do Tesouro Nacional. O principal argumento é que a suspensão por três anos faz com que o Estado tenha muitas dívidas para pagar no final do período, pois os montantes são mantidos com aplicação de juros.

Cristiane afirma que a solução para o problema pode ser “mais bem endereçada”, com a revisão da forma de pagamento dos juros adiccionados ao longo do período. “O melhor seria dar a suspensão de 3 anos, deixar o Estado tentar voltar ao normal. Pelo menos com déficit zero, não precisa ter superávit”, afirma a secretária. Neste cenário, diz Cristiane, ainda dentro do plano, o Estado come-



Wlides Barbosa

Cristiane Schmidt, secretária da Economia: “Pelo menos com déficit zero, não precisa ter superávit”

“**Diminuir o prazo não é bom para os Estados, e para Goiás certamente não é”**

Cristiane Schmidt, secretária da Economia de Goiás

çarla a pagar um pouco de juros. “Diminuir o prazo não é bom para os Estados. E para Goiás certamente não é.”

Cristiane afirma que ela e um grupo de secretários de Econo-

mia e Fazenda de outros Estados brasileiros foram sondados sobre propostas de mudanças no RRF e a possibilidade de diminuição no tempo em que os Estados ficam autorizados a não pagar serviço da dívida foi o que mais sobressaiu. “Não sabemos qual texto será apresentado no final, mas estamos argumentando sobre algumas coisas que poderiam ser revistas”, disse Cristiane. Novas regras para o regime precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

O RRF foi criado por meio da Lei Complementar 159/2017 para fornecer aos Estados com desequilíbrio financeiro instrumentos para ajustes de contas.

Goiás conseguiu uma autorização para não pagar seis contratos com a União, por meio de liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, em junho. A decisão também autorizou o ingresso de Goiás no RRF.

Quanto ao plano de adesão ao RRF, Cristiane afirma que o Estado está “fazendo o dever de casa” ao cumprir o cronograma determinado pela Secretaria do Tesouro Nacional. “Fizemos e refizemos o cenário base, encaminhamos dados e continuamos o debate. Estamos entregando o que eles estão pedindo e abrindo o caminho para que a discussão exista”, disse a secretária.

REFORMA

Além do RRF, a secretária destacou também a reforma da Previdência estadual e a redução de incentivos fiscais como duas ações do governo para ajustar as contas. A proposta de mudanças nas regras de aposentadoria no Estado foi entregue à Assembleia Legislativa nesta semana e promete economia de R\$ 8,1 bilhões em dez anos.

Ontem, a proposta teve seu primeiro obstáculo, com ação civil pública protocolada pelo Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindfisco-GO) no Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) com o objetivo de barrar a tramitação da matéria, sob o argumento de que é necessário promulgar a reforma da Previdência nacional para que matéria de mesmo teor tramite na Assembleia.

Além disso, o sindicato argumenta que também é necessária a promulgação de outra proposta que ainda está em tramitação no Congresso Nacional e que possui o mesmo tema. Conhecida como PEC paralela, a matéria permite Estados, o Distrito Federal e os municípios adotarem em seus regimes próprios de Previdência social as mesmas regras aplicáveis na União. A apresentação e eventual promulgação da PEC estadual, antes de ultimadas as alterações no texto constitucional federal (PEC 6 e 133), acarretará inexorável vício de inconstitucionalidade”, diz o texto da ação civil pública.

Em nota, a Procuradoria Geral do Estado de Goiás informou que ainda não foi notificada sobre a ação e apresentará suas argumentações no processo.

PEF ainda é visto como alternativa para o Estado

Outra opção para o socorro financeiro dos Estados, o Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF) também é visto pela secretária da Economia de Goiás, Cristiane Schmidt, como ajuda importante para o ajuste. A proposta foi apresentada pelo Executivo na Câmara dos Deputados em junho e esteve parada ao longo de meses, principalmente devido ao desinteresse dos partidos em indicar os membros para a comissão temporária. “Acredito que o PEF vai sair. É importante, principalmente para os Esta-

dos que precisam ajustar as folhas de pessoal. Também temos um comitê de secretários colocando opiniões em relação a este projeto”, afirma a secretária.

Consta no site da Câmara que o projeto ainda aguarda criação da comissão temporária, que tem o papel de proferir parecer sobre a matéria. No entanto, a reportagem apurou que deputados têm se mobilizado para levar a proposta para votação em plenário. O PEF prevê a concessão de empréstimos com garantia da União para Estados com

dificuldades financeiras e é visto por governadores como uma das principais saídas para o equilíbrio das contas.

Como já mostrou reportagem do POPULAR, para aderir ao PEF, os Estados precisam implementar três de oito requisitos definidos no projeto de lei complementar apresentado pelo Executivo. Entre as opções está a eliminação das vinculações de receitas de impostos não previstas na Constituição e das vinculações que excedem aos limites previstos.

“**É importante principalmente para os Estados que precisam ajustar as folhas de pessoal”**

Cristiane Schmidt, secretária da Economia do Estado

Entre as outras opções previstas no texto também estão autorizações para privatização de empresas dos setores financeiro, de energia, de saneamento ou de gás, com vistas à utilização dos recursos para quitação de passivos, e revisão do regime jurídico único dos servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional para suprimir os benefícios ou as vantagens não previstas no regime jurídico único dos servidores públicos da União.



Projeto sobre Saneago será votado terça

ASSEMBLEIA Matéria que altera lei que permite venda de até 49% das ações da empresa estava na pauta ontem, mas votação foi adiada

Carla Guimarães
carla.guimaraes@opopular.com.br

A primeira votação em plenário do projeto que altera a Lei 6.680/1967, que autoriza o Estado a vender até 49% das ações da Saneago, foi remarcada para terça-feira (5). Segundo o líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Bruno Pelxoto (MDB), a matéria será a primeira da pauta.

Ontem, o projeto estava na pauta de votação, porém, a sessão ordinária terminou mais cedo, pouco depois das 16 horas, para que o plenário sediasse o Fórum de Debates em Defesa da Soberania Nacional e das Estaduais.

Apesar de não ser votado, o projeto referente à venda de ações da Saneago dominou grande parte das falas na tribuna da Casa. A deputada Leda Borges (PSDB) chegou a pedir que os deputados pedissem a suspensão do projeto. Entre os questionamentos por ela apresentados estava a especificação no texto de um percentual de investimento em saneamento apenas com o montante de vendas de ações primárias. Segundo Leda

da, os recursos das ações primárias obrigatoriamente já iriam para saneamento. "Tinha que ser escrito ações secundárias."

A parlamentar se refere a uma das duas alterações que o projeto sofreu na Casa. Na Comissão Mista, via voto em separado do deputado Rubens Marques (Pros), foi incluído na matéria a previsão de que no mínimo 30% do que for arrecadado com a venda das ações primárias será investido em saneamento e água. O parlamentar disse que originalmente sua proposta era voltada para ações secundárias, mas conseguiu apenas a vinculação com a primária.

"Foi uma proposta dialogada com o governo", reconhece Bruno. O emedebista informa que de fato a primária já prevê investimento na empresa, porém, pode ser em infraestrutura, por exemplo. "Então, nós prevemos dentro da primária no mínimo 30% em água e esgoto."

A outra mudança foi a substituição de "ao menos" por "sempre", no trecho do projeto que diz que o Estado de Goiás deverá manter ao menos 51% das ações com direito a voto.

Rubens, que é servidor aposentado da Saneago, assim que chegou ontem ao plenário, foi valado por servidores da empresa que acompanharam a sessão da galeria. Pouco depois, ele anunciou que votaria contra o projeto, apesar de compor a base do governo. "Não estou preocupado se vão me falar ou não. Estou preocupado com a Saneago".

Bruno disse que a base não vai se opor ao voto de Rubens, mas afirmou que tem maioria para aprovar o projeto.

Aprovado projeto que facilita negociação de débitos com Detran

O Projeto de Lei nº 6216/2019, que prevê medidas facilitadoras para negociação de débitos com o Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran) durante a Semana de Conciliação deste ano foi aprovado em segunda, e definitiva, votação ontem na Assembleia Legislativa de Goiás. Entre as facilidades previstas na matéria estão descontos em juros e multas e a possibilidade de parcelar em até dez vezes o pagamento de débitos de IPVA, licenciamento e multas de trânsito, além de taxas de diárias no pátio do Detran. No projeto

original, a previsão era de parcelamento em até quatro vezes. A ampliação foi realizada via emenda na Casa, que também incluiu a possibilidade de negociações por um prazo de 30 dias, indo além da Semana de Conciliação, que ocorre de 4 a 8 de novembro. O projeto segue para sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM). Também foi aprovado ontem, mas em primeira votação, projeto que prevê que todas as empresas que forem adquirir veículos oriundos de leilão para vendas de peças terão que ser cadastradas no Detran e as peças, catalogadas.



Não estou preocupado se vão me falar ou não. Estou preocupado com a Saneago"

Rubens Marques (Pros),
deputado estadual



Governo atrai novos investimentos

Atração de R\$ 469 milhões deverá gerar cerca de 8,7 mil empregos diretos e indiretos no Estado

Dayrel Godinho

O governador Ronaldo Caiado (DEM) assinou ontem (31) um protocolo de intenções para a instalação ou ampliação de 25 empresas em 14 municípios do Estado. O investimento de R\$ 469 milhões vai possibilitar a geração de 8,7 mil empregos, entre diretos e indiretos. A parceria foi viabilizada por intermédio das secretarias de Indústria, Comércio e Serviços (SIC); Economia; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Codego).

Durante a solenidade, o governador disse que é importante melhorar as condições de competitividade e oportunizar meios para a sobrevivência das pequenas e médias empresas no Estado. "Todos nós estamos imbuídos em defender Goiás. Vamos trabalhar até o último dia de mandato para sermos competitivos nacionalmente. Precisamos entender que agora é hora de trabalharmos em conjunto."

A afirmação do governador é de que ele luta para que os prazos dos incentivos para as montadoras no Estado sejam os mesmos que os concedidos na região Nordeste do País, ou seja, até 2025. Neste sentido, Caiado adiantou que já con-



Protocolo prevê investimentos de R\$ 469 milhões que vão possibilitar a geração de 8,7 mil empregos no Estado

versou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e que vai voltar a falar sobre o assunto com o próprio presidente da República, Jair Bolsonaro, que vai estar no Estado no próximo dia 8 de novembro.

Outro tema que deve pautar a reunião entre o governador e o presidente são os 10 bilhões de dólares anunciados pela Arábia Saudita em investimento para o Brasil. Caiado adiantou que já conversou com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, em relação à este empréstimo, que pode ser uma ajuda para o Estado. "Esse é o momento. Claro que vamos lutar para esse dinheiro ser aplicado no nosso Estado também", ressaltou Caiado.

O governador ainda assegurou que todas as reformas em andamento no Estado visam

aumentar a capacidade de investimento de Goiás, que hoje está em 1% da receita estadual. "O Ceará fez o dever de casa e hoje já consegue investir cerca de 15%", argumentou, em alusão também à parceria que foi firmada com o governador Camilo Santana para que as boas práticas gerenciais possam ser implantadas por aqui também.

O titular da SIC, Wilder Moraes, falou sobre o trabalho que tem desenvolvido nestes dez primeiros meses de gestão. "Vamos chegar a 69 empresas instaladas em Goiás, distribuídas em 34 municípios. Isto equivale ao somatório dos anos de 2017 e 2018, um investimento de mais de R\$ 2,7 bilhões", destacou, ao explicar ainda que as cidades beneficiadas são escolhidas de acordo com a vocação

econômica e atendendo ao princípio de regionalização que permeia toda a administração do governo Caiado.

Durante a solenidade de assinatura do protocolo de intenções, que lotou o auditório Mauro Borges do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, o prefeito de uma das 14 cidades beneficiadas, Zé Diniz (Abadiânia), parabenizou a gestão do governador e agradeceu o empenho para aumentar a geração de empregos nos municípios. "Todos sabem que, da noite para o dia, Abadiânia ficou sem dois mil postos de trabalho. Ficamos gratos e alegres pela notícia de que mais duas empresas vão se instalar na nossa cidade", comentou.

O presidente da Federação das Indústrias e do Comércio de Goiás (Fieg), Sandro Mabel,

afirmou que "desenvolvimento do Estado se faz assim, atraindo novas empresas e novos investimentos". O vice-presidente de Qualidade da BRF Alimentos, Neil Peixoto, também parabenizou o Governo de Goiás pelo trabalho desenvolvido. "Nós acreditamos no Estado. Nos últimos anos, investimos mais de R\$ 400 milhões aqui. É uma iniciativa fantástica a que vocês estão fazendo hoje em Goiás. Quero parabenizá-los!", ressaltou.

Foram contemplados com o protocolo de intenções os municípios de Goiânia, Anápolis, Abadiânia, Morrinhos, Inhumas, Mineiros, Buriti Alegre, Leopoldo de Bulhões, Rio Verde, Campos Belos, São Luís de Montes Belos, Cristalina, Jataí e Senador Cane-do. **(Especial para O Hoje)**



Adiada votação de projeto que autoriza venda de ações da Saneago

Líder do governo na Casa, Bruno Peixoto (MDB), diz que a base tem votos suficientes para aprovação da matéria

Samuel Straioto

Ficou para a próxima terça-feira (5), na Assembleia Legislativa a votação do projeto de lei que autoriza a venda de até 49% das ações da Saneago. A matéria estava apta para ser analisada pelos deputados estaduais nesta quinta-feira (31), mas por solicitação do líder do governo na Casa, Bruno Peixoto (MDB), o texto foi retirado da pauta de votações.

O motivo da retirada do projeto, foi devido a uma sessão especial do Fórum de Debates em Defesa da Soberania e das Estatais, proposto pela deputada estadual Delegada Adriana Accorsi (PT).

A deputada estadual Lêda Borges (PSDB) sugeriu a suspensão da matéria. Ela reclamou que falta a especificação dos tipos de ações (primárias e secundárias) e a destinação dos recursos de cada uma delas.

“Houve um consenso da base para que parte do recurso fosse direcionado em investimentos em saneamento básico, mas na emenda apresentada pela base colocaram apenas as ações primárias, elas já são para retornar em investimentos à Saneago. As ações



Motivo da retirada do projeto da pauta foi devido a uma sessão especial proposta pela deputada Delegada Adriana Accorsi

secundárias ficaram de fora, não há especificação. O Estado está vendendo a Saneago, sem aplicar em saneamento”, argumentou a deputada.

O líder do governo, deputado Bruno Peixoto afirmou que há a garantia de no mínimo 30% com a venda das ações, em investimentos em Saneamento.

“Nós garantimos que no mínimo 30% sejam investidos em saneamento. E o governo poderá agir da maneira que entender necessário para melhoria de vida do povo goiano. Foi uma proposta dialogada com o

governo que manterá o controle da empresa e não trará nenhum prejuízo ao servidor”. Quando se fala de primária é investido na empresa, em água e esgoto. De maneira nenhuma há a necessidade de especificação nas secundárias, a Comissão de Valores Imobiliários não determina a obrigatoriedade”, destacou o parlamentar.

O deputado estadual Rubens Marques (Pros), que faz parte da base de apoio do governador Ronaldo Caiado disse que votará contra a matéria. O parlamentar é servidor de car-

reira aposentado da Saneago.

“Eu não tenho condições de votar contra a Saneago. Essa venda é prejudicial, principalmente para a carreira dos nossos funcionários. Sou da base do governador Ronaldo Caiado, estou acompanhando ele em todas as votações, mas contra a Saneago jamais poderia acompanhar.

Sobre o assunto, o líder do governo, Bruno Peixoto, disse que a base tem maioria para aprovar este projeto. Para a análise da matéria, não há como apresentar emendas. A matéria será a

primeira da ordem do dia na terça-feira. Quanto o posicionamento de Rubens Marques, Bruno Peixoto disse que o colega foi liberado nesta votação, mas que a base está coesa.

“O deputado Rubens Marques falou pra mim, apresentou emenda. Ele é da base. Ele entende que esse projeto é importante para o governo, garante direito dos servidores, porém a base o liberou para votar a partir de um pedido dos servidores. Nós o liberamos. A base está coesa”, finalizou o parlamentar. **(Especial para O Hoje)**

30 DIAS

Assembleia amplia prazo de negociação do IPVA

Sérgio Rocha

Venceslau Pimentel

Os deputados aprovaram ontem projeto de iniciativa do governador Ronaldo Caiado (DEM), que institui medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos relacionados ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e à taxa de licenciamento anual de veículo junto ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran-GO, durante a Semana de Conciliação.

A proposta do governo previa a negociação entre os dias 4 e 8 de novembro, mas uma emenda do deputado Amauri Ribeiro (Patriota) propôs um prazo de 30 dias, para, segundo ele, permitir uma maior adesão ao programa de anistia fiscal estadual para concessão de benefícios fiscais.

A emenda também prevê isenção em até 99% o montante das multas e juros sobre os valores das taxas de permanência de veículos nos pátios do Detran; e ainda o parcelamento em até dez vezes do IPVA, e das multas e as taxas de diárias no pátio do Departamento.

O líder do Governo na Assembleia, Bruno Peixoto (MDB), acredita que Caiado não via vetar as emendas apresentadas ao projeto, devendo sancionar a lei ainda esta semana. Segundo ele, essa proposta vai, além de facilitar a vida do contribuinte, reforçar a arrecadação do Estado. "Ao incluirmos esses descontos e parcelamentos na Semana de Conciliação todo mundo ganha. A população poderá buscar des-



Objetivo da emenda do deputado Amauri Ribeiro é dar oportunidade para que mais contribuintes façam adesão ao projeto

contos de juros e multas e ou parcelamento. Isso é algo inédito no nosso Estado", disse.

Antes de enviar o projeto de lei à Assembleia, o governador informa que ouviu a Procuradoria-Geral do Estado. O parecer diz que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a concessão de benefício de natureza tributária do qual decorra a renúncia de receita, estabelece as condições mínimas a serem observadas, de maneira a permitir o planejamento e o equilíbrio das contas públicas.

Destaca que a LRF relativiza o rigor da norma, ao dispensar, por exemplo, a indicação de medidas de compensação da renúncia de re-

ceita, quando os custos de cobrança superarem o valor do crédito dispensado. Salienta que, considerando o licenciamento anual de veículo em atraso, haverá uma renúncia de R\$ 51,00. "Este valor é, indubitavelmente, muito menor que os custos de uma cobrança judicial", diz o parecer da PGE. "Concluimos que o projeto de lei sugerido pela Procuradoria Setorial do Departamento Estadual de Trânsito, sob o aspecto da juridicidade, está apto à sua convalidação em lei válida".

De acordo com o projeto, as medidas facilitadoras para quitação de débitos compreendem o valor da taxa, de licenciamento de veículos em

atraso será remido parcialmente por meio de acordo, ficando estabelecido como valor devido aquele fixado para o ano do débito de negociação. Também prevê a redução transitória da etiqueta de honorários advocatícios decorrentes dos créditos inscritos na dívida ativa do Detran, de 10% para 1%.

Pagamento

Para usufruir dos benefícios da lei, o sujeito passivo deve efetuar o pagamento dos débitos durante a Semana de Conciliação, emitindo o boleto de pagamento no sítio eletrônico do Detran, presencialmente em suas unidades de atendimento ou pelo

aplicativo do órgão.

Os boletos de pagamento serão emitidos com a incidência das medidas facilitadoras. A adesão às medidas facilitadoras implica em confissão irretroatável da dívida por parte do sujeito passivo e a expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso, bem como desistência em relação aos já interpostos.

O projeto diz ainda que as medidas facilitadoras instituídas na lei devem ser coordenadas e executadas pelo Detran, ficando o seu titular autorizado a baixar os atos necessários à sua plena execução. **(Especial para O Hoje)**



GOVERNO DE GOIÁS

Veja o que muda para o servidor goiano se PEC da Previdência for aprovada

Advogado previdenciarista detalha a proposta

31.10.19 - 18:29

Tweetar

Lucas Cássio

Goiânia – Com a aprovação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional, chegou a vez dos estados e municípios se movimentarem para aprovarem suas reformas. Na segunda-feira (28/10), o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), entregou simbolicamente ao presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Lissauer Vieira (PSB), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a reforma da Previdência no âmbito do serviço público estadual. Ela também abrange os municípios goianos.

A matéria deverá ser lida no plenário da Alego na próxima semana, mas, conforme adiantou Caiado, as regras reforma em Goiás seguem os mesmos parâmetros da que foi aprovada no âmbito federal. “Fica mais complicado para se aposentar. O servidor vai contribuir mais para receber menos, mas se não existir uma intervenção dura, vai chegar um ponto que o sistema previdenciário vai superar, e muito, as despesas do Estado”, alerta o advogado previdenciarista Hallan Rocha.

Idade mínima

A reforma apresentada pelo governo estadual se restringe aos servidores públicos, tanto estaduais quanto municipais. O advogado previdenciarista Hallan Rocha explicou, durante entrevista exclusiva ao jornal A Redação, que uma das mudanças será a exigência da idade mínima para a aposentadoria. “Hoje, o homem precisa ter para se aposentar no serviço público 60 anos de idade e 35 anos de contribuição. A mulher precisa ter 55 anos de idade e 30 anos de contribuição. Com a nova regra, a aposentadoria do homem passa a ser aos 65 anos e para mulher aos 62 anos”, explica.

Segundo Hallan Rocha, o maior impacto dessa reforma, desde que foi aprovada em âmbito federal ou a que pretende ser aprovada no Estado, é a redução do valor do benefício. “Se chegar aos 65 anos, no caso dos homens, ou aos 62 anos, no caso das mulheres, com 25 anos de contribuição, o valor da aposentadoria vai ser de 60% da média de todas as contribuições”, diz.

Professores, militares e civis

“Os professores vão ter uma idade mínima para aposentadoria, que vai ser aos 57 anos para mulher, 60 anos para os homens, e 30 anos de contribuição para ambos”, ressalta Hallan Rocha. “Os militares vão acompanhar a reforma que está sendo apresentada à parte no Congresso nacional. A pretensão do governo federal quando apresentou a reforma era igualar militares dos estados com as Forças Armadas. Os policiais civis se igualam com a Polícia Federal. E para os novos que engessarem a partir da reforma vai ter a idade estipulada mínima de 55 anos, tanto para homens quanto para mulheres, além de 25 anos de atividade policial ou 30 anos de contribuição”, acrescenta.

Antecipação de aposentadoria

Ainda segundo o advogado previdenciarista Hallan Rocha, os servidores que já preencheram os requisitos para se aposentar com as atuais regras não precisam se preocupar em relação à perda de direitos. De acordo com ele, conforme a PEC 06, aprovada no Congresso Nacional, resguardam os direitos adquiridos os servidores que já preencheram os requisitos para se aposentar. “O servidor que já preencheu os requisitos está tranquilo. Aquele que não preencheu terá as regras de transição”, afirma.

Estados e municípios fora da reforma do Congresso

Para Hallan Rocha, deixar estados e municípios fora da Reforma da Previdência, aprovada pelo Congresso, foi um erro. Segundo ele, isso abre brechas para confundir o sistema. “São mais de 5 mil municípios no Brasil, 26 estados e o Distrito Federal. Pensa cada um com suas regras?”, questiona. “A ideia de uniformização é boa para o sistema”, completa.

O advogado acredita que o governador Ronaldo Caiado acertou ao apresentar uma PEC dentro dos parâmetros já aprovados no âmbito nacional. “Vejo um ponto de muita inteligência em adotar a mesma reforma porque já estamos debatendo desde fevereiro no Brasil inteiro. É um assunto que já está maturado. Ter uma reforma para os servidores da União, uma para os do Estado e outra para os municípios vai fazer uma mescla no sistema previdenciário que não pega muito bem”, avalia.

Caos previdenciário

Segundo o governo de Goiás, o Estado não cabe dentro das próprias despesas. De acordo com a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, de 2003 a 2019, o crescimento da receita foi de 297%, enquanto a despesa aumentou 328%. Só a folha de pagamento cresceu 490% em 15 anos, segundo a gestão estadual. O Estado destina R\$ 1,3 bilhão só para folha de pagamento. Destes, cerca de R\$ 230 milhões por mês são do déficit.

Segundo o Executivo, o déficit previdenciário atuarial poderá chegar a R\$ 6 bilhões em 2029. Atualmente, a alíquota no Estado é de 14,25%. O percentual havia sido reajustado de 11% para 13,25% em 2013, e pulou para 14,25% em 2017. Com a reforma, o Governo pretende gerar uma economia estimada em R\$ 8,1 bilhões num período de dez anos. Caso isso aconteça, o déficit previdenciário cairia de R\$ 5,9 bilhões para R\$ 4,7 bilhões.

Para o previdenciarista Hallan Rocha, o setor público se alertou de forma tardia para a questão previdenciária. “Quando se volta os olhos para o regime próprio de previdência social, que são dos estados e municípios, esse sistema é deficitário há muitos anos. Dificilmente ele será superavitário. Só se tornou obrigatória a contribuição do servidor público a partir de 1998, com a emenda constituição número 20”, lembra.